

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Cedro

Vara Única da Comarca de Cedro

Rua Cel. João Cândido, 578, Centro - CEP 63400-000, Fone: 85 31081876, Cedro-CE - E-mail: cedro@tjce.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **0200024-95.2023.8.06.0066**  
Classe: **Mandado de Segurança Cível**  
Assunto: **Fornecimento de medicamentos**  
Impetrante: **Francisca Livia Irece Castro e Silva**  
Impetrado: **Estado do Ceará e outro**

*Vistos, etc...*

A paciente **FRANCISCA LIVIA IRECE CASTRO E SILVA** ingressou com o presente **MANDADO DE SEGURANÇA COM PLEITO LIMINAR**, em desfavor do **Governo do Estado do Ceará**, aduzindo em suma o seguinte:

*I – que foi diagnosticado(a) como portador(a) da enxaqueca crônica – CID 10 G43.3, necessitando, com urgência, de se submeter a tratamento com o uso do medicamento EMGALITY 120mg/mL, que deverá tomar por tempo indeterminado, e que, por ser considerado de alto custo, não disporia de condições financeiras à sua aquisição;*

*II – que a demora no início do tratamento indicado, pela natureza da doença, poderá resultar no agravamento do quadro clínico do(a) paciente, o que importaria na redução importante de sobrevida, além de diminuir significativamente sua qualidade de vida;*

*III – que procurou os demandados para que lhe fossem fornecidas mensalmente a medicação que necessita, mas foi informada da recusa dos mesmos em prestar o serviço;*

Por tais razões é que a demandante recorreu ao judiciário, como forma de garantir seu direito à saúde e à vida, prevê a Constituição Federal.

Instruiu o pedido com os documentos.

Requeru a concessão da tutela antecipada para determinar que o ente requerido, na medida de suas possibilidades, disponibilizem a medicação necessária ao seu tratamento médico. Deduziu, ainda, os requerimentos de estilo, pugnando pela procedência da ação.

Decisão de fls. 19/22 deferiu o pedido liminar, nos termos requeridos na inicial.

Após citação, o ente demandado, apresentou contestação, alegando que a pretensão em comento deveria ter sido intentada em desfavor da união, por se tratar de medicamento não incorporado no SUS (vide fls. 27/33).

Intimada a parte autora, apresentou **RÉPLICA Á CONTESTAÇÃO** (fls. 37/39), reafirmando os pedidos ditos em inicial e requerendo o julgamento procedente da presente ação.

**É o que importa relatar.**

**Decido.**

Analisando os autos, observa-se que o julgamento independe da produção de



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Cedro

Vara Única da Comarca de Cedro

Rua Cel. João Cândido, 578, Centro - CEP 63400-000, Fone: 85 31081876, Cedro-CE - E-mail: cedro@tjce.jus.br

quaisquer outras provas, sendo suficientes os documentos já produzidos, por se tratar de matéria unicamente de Direito. Em consequência, impõe-se reconhecer que estamos diante de hipótese julgamento antecipado prevista no art. 355, I, do CPC.

Seguindo o caminho apontado pelo Constituinte Originário, o legislador ordinário editou a Lei nº 8.080/90, que estabelece as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e funcionamento dos serviços correspondentes, estatuinto que:

*“Art. 2º. A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado promover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.*

*Art. 6º. Estão incluídos no campo de atuação do Sistema Único de Saúde – SUS:*

*I – a execução de ações:*

*(...)*

*d) de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica;*

*(...)*

*VI – a formulação de política de medicamentos, equipamentos imunobiológicos e outros insumos de interesse para a saúde e a participação na sua produção;”*

*“Art. 7º. As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde – SUS são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no art. 198 da Constituição Federal, obedecendo ainda os seguintes princípios:*

*I – universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência;*

*II – integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;”*

Portanto, de acordo com as normas constitucionais e legais acima referidas, infere-se que é dever do poder público, por suas três esferas (União, Estados e Municípios), prestar – especialmente aos que se encontram em situação de hipossuficiência financeira, como no caso dos autos – a assistência necessária à promoção, proteção e recuperação da saúde das pessoas que se utilizem do Sistema Único de Saúde – SUS, incluindo-se aí o fornecimento de assistência terapêutica (art. 6º, inciso I, alínea “d” da Lei nº. 8.080/90), de forma regular e ininterrupta, para que possam surtir os efeitos terapêuticos almejados.

Com efeito, verifica-se que a promovente trouxe para os autos, prova da necessidade do uso da medicação descrita na inicial e prescrita por medico, para tratamento da enfermidade da qual é portadora, conforme documentos médicos acostados à inicial, e atualizadas. Sendo certo que a necessidade da paciente ainda perdura.

Ademais, acostou declaração de hipossuficiência de recursos pela qual se conclui da necessidade do ente público acionado custear imediatamente o tratamento médico, fornecendo a medicação indicada na petição inicial, sendo certo que sem a tutela deferida em seu favor, estaria impossibilitada de levar uma vida normal sem os inúmeros inconvenientes



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Cedro

Vara Única da Comarca de Cedro

Rua Cel. João Cândido, 578, Centro - CEP 63400-000, Fone: 85 31081876, Cedro-CE - E-mail: cedro@tjce.jus.br

da doença que lhe aflige, que podem até mesmo acarretar em quadro depressivo.

Outrossim, o direito à saúde, além de se qualificar como direito fundamental que assiste a todas as pessoas, representa consequência constitucional indissociável do direito à vida. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode se mostrar indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir – ainda que por censurável omissão – em grave comportamento inconstitucional (RE 271286 AgR).

Procedendo-se a uma interpretação harmônica dos referidos preceitos constitucionais, chega-se à ilação de que o intuito maior da Carta Magna foi o de **assegurar a todo cidadão**, independentemente de sua condição econômica e social, o direito à saúde, impondo para tanto, ao Estado, **o dever constitucional de garantir, por meio de políticas sociais e econômicas, ações que possam permitir a todos o acesso à assistência médica e farmacológica.**

Com efeito, o direito público subjetivo à saúde representa prerrogativa jurídica indisponível e deve ser assegurado a generalidade dos cidadãos. O direito a saúde é direito que deve ser assegurado, pois, a todas as pessoas, porque representa, como pondera o eminente Ministro Celso Mello, "consequência constitucional indissociável do direito à vida" (RE 271.286-8 RS, 2ª Turma, j. em 12.09.2000, DJU 24.11.2000)

Portanto, cabe ao Estado assegurar, através dos recursos que se fizerem necessários ao tratamento da moléstia de que padece a parte, o direito à vida, permitindo aliviar o sofrimento e a dor de enfermidade reversível ou irreversível, garantindo ao cidadão o direito à sobrevivência.

Nesse sentido:

**“EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA - MEDICAMENTO - DIREITO À SAÚDE - DEVER DO ESTADO - SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE - PRELIMINAR - LEGITIMIDADE PASSIVA - REJEITADA - LEI Nº 8.080/90 - SEGURANÇA CONCEDIDA.**

*1. O Secretário Estadual de Saúde, na condição de gestor do sistema, é responsável pelo fornecimento de medicamentos no âmbito de sua circunscrição, independente da previsão em listas, restando patente a legitimidade passiva para a causa da autoridade apontada coatora, diante da negativa do fornecimento, a violar o direito da impetrante, como reconheceu o Superior Tribunal de Justiça, inclusive, no julgamento do Recurso Ordinário aviado no Processo nº 1.0000.13.052880-5/001, cuja relatoria nesta Corte me coube.*

*2. O intuito maior da Carta Magna foi o de assegurar a todo cidadão, independentemente de sua condição econômica e social, o direito à saúde, impondo para tanto, ao Estado, o dever constitucional de garantir, por meio de políticas sociais e econômicas, ações que possam permitir a todos o acesso à assistência médica e farmacológica.*

*Segurança concedida. (TJMG - Mandado de Segurança 1.0000.16.060015-1/000, Relator(a): Des.(a) Teresa Cristina da Cunha*



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Cedro

Vara Única da Comarca de Cedro

Rua Cel. João Cândido, 578, Centro - CEP 63400-000, Fone: 85 31081876, Cedro-CE - E-mail: cedro@tjce.jus.br

*Peixoto , 8ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 29/06/2017, publicação da súmula em 10/07/2017)"*

**“EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCESSÃO DA ORDEM. DIREITO À VIDA E À SAÚDE. IDOSA. FRATURA DE FÊMUR. INTERNAÇÃO EM HOSPITAL ESPECIALIZADO. DEVER DO ESTADO. CONFIRMAR A SENTENÇA EM REEXAME NECESSÁRIO.**

*- Segundo precedentes atuais de jurisprudência, constitui a saúde direito do cidadão, e incumbe solidariamente às pessoas jurídicas de direito público interno o fornecimento de medicamento, bem como o custeio do tratamento daquele que careça de cuidados médicos para preservação ou restauração de sua higidez física e mental, desde que comprovada a necessidade e especificidade do tratamento.*

*- O direito à saúde é um dos direitos fundamentais assegurados pela CF, não sendo permitido à Administração erguer barreiras burocráticas ensejando obstaculizar ou mesmo impedir o tratamento adequado ao cidadão carente, notadamente na hipótese em que o tratamento foi indicado por médico vinculado ao SUS. (TJMG - Remessa Necessária-Cv 1.0000.17.035123-3/001, Relator(a): Des.(a) Wander Marotta , 5ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 29/06/0017, publicação da súmula em 05/07/2017)"*

Como se pode notar, impõe-se reconhecer o direito da parte autora ao pleito pretendido, confirmando-se a liminar antes obtida.

Pelo acima exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido autoral para determinar que os Entes requeridos procedam com o fornecimento regular do medicamento descrito na inicial, confirmando assim, os efeitos da decisão liminar de fls. 19/22.

Isento o Estado do Ceará das custas processuais nos termos da lei estadual.

Sem honorários advocatícios (súmula 512 do STF).

Notifique-se o Órgão competente, com cópia desta sentença, objetivando o seu cumprimento imediato.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Expedientes diversos.

Com o trânsito em julgado, baixa e arquivo.

Cedro/CE, 17 de maio de 2024.

**Aclécio Sandro de Oliveira**  
**Juiz de Direito**